

Portugal

Portugal, apesar de um desempenho global relativamente favorável ao nível dos indicadores de estado, tem apresentado progressos pouco animadores que deverão ser incentivados, para se evitar a deterioração das condições ambientais. Algumas das áreas a que é necessário prestar especial atenção são as emissões atmosféricas, sobretudo as emissões de precursores do ozono, as quais, tendo em conta a posição meridional do país, poderão ter um impacto substancial na saúde pública e nos ecossistemas.

Gases com efeito de estufa			Consumo de energia			Fontes renováveis de energia eléctrica		Substâncias acidificantes		Precursores do ozono			Transporte de mercadorias			Agricultura biológica		Produção de resíduos municipais			Usos da água	
Emissões/cap.	Emissões/GDP	Emissões DTT	Consumo/cap.	Consumo/GDP	Consumo	Quota	Quota	Emissões/cap.	Emissões DTT	Emissões/cap.	Emissões/GDP	Emissões DTT	Transporte mercadorias/cap.	Transporte mercadorias/GDP	Transporte mercadorias/DTT	Quota	Quota	Resíduos municipais/cap.	Resíduos municipais GDP	Resíduos municipais DTT	Índice de exploração de água	Índice de exploração de água
ESTADO	ESTADO	PROG.	ESTADO	ESTADO	PROG.	ESTADO	PROG.	ESTADO	PROG.	ESTADO	PROG.	PROG.	ESTADO	ESTADO	PROG.	ESTADO	PROG.	ESTADO	PROG.	PROG.	ESTADO	PROG.
		▶▶▶			▶▶▶		▶▶▶		▶▶▶			▶▶▶			▶▶▶		▶▶▶			▶▶▶		▶▶▶

Emissões de gases com efeito de estufa

Portugal foi o Estado-membro da UE-25, a seguir à Lituânia, que apresentou maior redução na emissão de GEE de 2002 para 2003, na ordem dos 6 %, o que se deve principalmente ao aumento da produção de electricidade a partir das centrais hidroeléctricas em 2003. Este indicador é fortemente dependente das variações anuais das disponibilidades hídricas e consequente grau de hidraulicidade. No ano 2003 as emissões de GEE em Portugal — considerando apenas os principais responsáveis, CO₂, CH₄, N₂O, e excluindo as emissões das alterações do uso do solo, entre as quais as relativas aos fogos, que em 2003 foram intensos —, foram cerca de + 37 % das emissões de 1990 (considerado como ano base), excedendo assim em cerca de 10 % o valor de 27 % acordado no Protocolo de Quioto.

Consumo de energia

Em Portugal o indicador relativo à intensidade energética tem-se mantido praticamente estável, o que poderá traduzir uma manutenção dos níveis de eficiência energética da economia portuguesa. A introdução gradual e generalizada do gás natural (que em 2003 representava 10.3 % do total do consumo em energia primária) e das energias renováveis, a melhoria da qualidade dos combustíveis fósseis utilizados (no sentido da redução progressiva do respectivo teor de enxofre relativa à qualidade da gasolina e do combustível para motores diesel) e a promoção da eficiência energética e tecnológica de alguns processos industriais, enquadram a evolução futura deste indicador.

Energias renováveis

O potencial de energias renováveis em Portugal é assinalável, com destaque para a energia solar, eólica, hídrica e da biomassa. Embora tenha vindo a ser feito um esforço nos últimos 15 anos no sentido da disseminação das fontes de energia renováveis (FER), ainda subsiste potencial para a sua implementação. O crescimento absoluto revela, contudo, dinamismo na disseminação das FER: entre 1990 e 2003 o contributo das FER para o balanço energético passou de 3.5 para 4.2 Mtep. A incorporação de FER no consumo bruto de energia eléctrica foi de 36 % em 2003, aproximando-se da meta estabelecida pela UE para Portugal de 39 % em 2010. O contributo anual das FER para o balanço energético reflecte o forte peso e o carácter variável da componente hídrica.

Emissões de substâncias acidificantes

Portugal tem vindo a efectuar esforços significativos de redução de emissões para atingir os compromissos assumidos, dos quais se aproximou significativamente em 2003. Em 2003 as emissões de substâncias acidificantes reduziram cerca de 16 % em relação aos níveis de 1990, devido principalmente à redução das emissões de SO₂ em 37 %, o que se pode explicar pela dependência deste tipo de emissões do sector da produção e transformação de energia, das melhorias significativas ocorridas durante este período na qualidade do combustível utilizado e do facto deste ano ter sido um ano com elevado grau de hidraulicidade, com consequente menor recurso às centrais termoeléctricas.

População: 10 191 000
 Área: 91 980 km²
 PIB: 100 758 milhões de EURO

Emissões de precursores do ozono

A análise global das emissões dos precursores do ozono não deve fazer-se dissociada de uma análise local da qualidade do ar, nomeadamente das ultrapassagens aos limiares estabelecidos para cada objectivo e período de tempo. Conjugando estas duas análises, e tendo em conta que a complexidade orográfica da nossa região costeira, perante condições meteorológicas específicas, potencia a recirculação de poluentes atmosféricos e a formação de poluentes secundários, como o ozono, é de prever que, mesmo que sejam atingidas as metas de redução das emissões dos precursores do ozono, seja difícil evitar, pontualmente e em algumas zonas, que os níveis de concentração estipulados na legislação nacional e internacional para a obrigatoriedade de informação ao público sejam ultrapassados

Transportes de mercadorias

Os transportes rodoviários constituem actualmente em Portugal a fonte de maior consumo energético, bem como a principal fonte de emissão de substâncias poluentes. No conjunto dos transportes terrestres, mais de 90 % do volume de mercadorias é transportada no modo rodoviário, prevendo-se não vir a ser invertida a tendência para uma elevada taxa de crescimento deste tipo de tráfego nos anos vindouros. O recente investimento em alguns projectos estruturantes no transporte de passageiros poderá ter impactes positivos na eficiência global do sector dos transportes

Agricultura biológica

Embora Portugal disponha de condições favoráveis à prática de agricultura biológica e haja uma grande proximidade entre muitas das formas tradicionais de agricultura convencional e o modo de produção biológico, a percentagem ocupada por agricultura biológica no total da área agrícola ainda é bastante reduzida, sobretudo quando comparada com a média dos países da UE. Simultaneamente, verifica-se um interesse crescente por parte dos consumidores, mas não sendo a produção nacional suficiente e

tendo os produtores algumas dificuldades na sua comercialização, Portugal importa parte significativa dos produtos de agricultura biológica. No entanto, tem-se vindo a registar um aumento progressivo quer do número de agricultores, quer das áreas de agricultura biológica.

Resíduos municipais

Em Portugal a produção de resíduos urbanos tem-se mantido estável nos últimos anos, com valores compatíveis com a meta nacional para 2005, de 4.5 milhões de toneladas/ano. A capitação portuguesa de RU é uma das mais baixas da UE, sendo inferior à média comunitária. O destino final da maioria destes resíduos — 69 % — são os aterros sanitários, 20 % são incinerados, 7 % vão para compostagem e 5 % são alvo de recolha selectiva. Apesar do progresso verificado nesta matéria, estes números estão ainda longe das metas estabelecidas, que apontam para 26 % de compostagem e 26 % de recolha selectiva, em 2005.

Usos da água

A agricultura é o sector com maiores consumos de água, e conseqüentemente a actividade que maior pressão exerce sobre os recursos hídricos. Em Portugal as perdas de água são da ordem dos 30 %, sendo a agricultura o sector com maiores ineficiências no aproveitamento da água. O Governo aprovou recentemente as Bases e Linhas Orientadoras do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, que tem como principal finalidade a promoção do uso eficiente da água, especialmente nos sectores urbano, agrícola e industrial, o que se prevê vir a ter um impacto positivo na gestão deste recurso.

Para mais informação, contacte o Ponto Focal Nacional. Os contactos encontram-se em: http://org.eea.eu.int/organisation/nfp-eionet_group.html